



Políticas Públicas e o Empreendedorismo Rural no Norte da Guiné-Bissau

Public Policies and Rural Entrepreneurship in the North of Guinea-Bissau

Besna Siga ¹ 

Jandir Ferrera de Lima ² 

Resumo

Este artigo analisa como as políticas públicas influenciam o empreendedorismo rural nas regiões de Biombo, Cacheu e Oio, situadas no norte da Guiné-Bissau. Utilizando uma abordagem qualitativa e exploratória, a pesquisa examina a relação entre iniciativas governamentais e o desenvolvimento socioeconômico nessas regiões, a partir da ação empreendedora dos camponeses. Os resultados indicam que, apesar de potencialidades econômicas significativas, como a produção de castanha de caju, a ausência de políticas públicas consistentes limita o crescimento do empreendedorismo rural e, consequentemente, do desenvolvimento rural. Discutem-se propostas para promover o desenvolvimento rural por meio de ações coordenadas entre governo, comunidades, sociedade civil e organizações políticas, econômicas e socioculturais, visando à melhoria da qualidade de vida e do bem-estar nas áreas rurais e periféricas do país.

Palavras-chave: agricultura familiar; desenvolvimento rural; desenvolvimento regional; Guiné-Bissau.

Abstract

This paper analyzes how public policies influence rural entrepreneurship in the regions of Biombo, Cacheu, and Oio, located in northern Guinea-Bissau. Using a qualitative and exploratory approach, the research examines the relationship between government initiatives and socioeconomic development in these regions, based on the entrepreneurial actions of the peasants. The results indicate that despite significant economic potential, such as cashew nut production, the absence of consistent public policies limits the growth of rural entrepreneurship and, consequently, rural development. Proposals were discussed to promote rural development through coordinated actions between the government and diverse communities, civil society, and political, economic, and sociocultural organizations, aiming to improve the quality of life and well-being in the rural and peripheral areas of the country.

Keywords: family farming; rural development; regional development; Guinea-Bissau.

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (Unioeste). Professor da Universidade Lusófona da Guiné. E-mail: pibesy@gmail.com

² Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Bolsista PQ/CNPq. E-mail: Jandir.lima@unioeste.br

Introdução

A Guiné-Bissau, um país situado na África Ocidental, enfrenta desafios significativos em termos de desenvolvimento socioeconômico, especialmente em suas regiões rurais. Cerca de 64,7% da população vive abaixo da linha da pobreza, sendo 75,6% desses residentes em zonas rurais (Instituto Nacional de Estatística - INE, 2017).

A economia do país é caracterizada pela dependência da agricultura, com maior destaque para a produção de castanha de caju, que representa aproximadamente 90% das suas exportações (INE, 2017). O país tem chuvas abundantes, uma rica biodiversidade e solo fértil, o que propicia a prática de atividades econômicas derivadas da agricultura, com potencial para uma maior diversificação das atividades produtivas. Apesar desse potencial, vários problemas estruturais como a baixa infraestrutura, a informalidade e o acesso limitado a crédito comprometem o desenvolvimento socioeconômico do país.

Além da dependência da monocultura do caju, a falta de planejamento e a ausência de políticas públicas eficazes perpetuaram a situação de pobreza, sobretudo nas zonas rurais, deixando a população sem educação, saúde, água potável e capacidade de lutar pelo progresso e por uma vida digna. Esses problemas limitaram o desenvolvimento econômico e o empreendedorismo, sobretudo no meio rural. Contudo, o empreendedorismo pode ser uma ferramenta poderosa para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico, criando oportunidades de trabalho, renda e inclusão social por meio da inovação (Siga; Ferrera de Lima, 2023). Segundo Schumpeter (1997), a inovação desempenha um papel fundamental no processo empreendedor, sendo essencial para transformar mercados e gerar impacto positivo nas comunidades.

Os desafios socioeconômicos das áreas rurais, como pobreza, geração de empregos, desigualdade e crescimento econômico, podem ser mitigados por uma boa política pública que impulse, entre outros fatores, o empreendedorismo inovador, isto é, levando uma comunidade pobre a produzir de forma diferente, aumentar sua renda e adquirir *know-how*, o que lhes permite lutar pelo desenvolvimento de suas localidades (Silva, Zerbato; da Rocha Jr, 2010; Fischea *et al.*, 2019).

A luta pelo desenvolvimento e a promoção do empreendedorismo rural nas regiões de Biombo, Cacheu e Oio devem ser tarefas primordiais a perseguir, uma vez que ações empreendedoras promovem inovação, oportunidades de trabalho e renda, especialmente nas regiões que têm na agricultura a sua base econômica.

No entanto, para que o empreendedorismo seja efetivo, é necessário criar um ambiente institucional favorável, com infraestrutura adequada, apoio governamental, concertação e colaboração entre os atores locais, quais sejam: autoridades regionais e setoriais, Organizações da Sociedade Civil (OSC), comunidades, organizações políticas, econômicas, socioculturais e religiosas.

É neste âmbito que este estudo busca analisar como as políticas públicas ligadas ao desenvolvimento rural influenciam o empreendedorismo na zona norte da Guiné-Bissau, investigando a relação mútua entre políticas públicas e empreendedorismo rural, identificando as potencialidades e barreiras para o desenvolvimento do empreendedorismo nas regiões de Biombo, Cacheu e Oio. Essa zona foi escolhida como objeto da pesquisa porque concentra mais da metade da produção rural do país, dada também à similaridade cultural, da questão socioeconômica (prevalência da pobreza), comércio inter-regional, com forte presença de mercado sazonal informal (*Lumos*), o que permite o estudo comparativo sem maiores discrepâncias.

Desenvolvimento Rural e Empreendedorismo

O conceito de desenvolvimento econômico foi impulsionado no século XX, depois da Segunda Guerra Mundial, com foco no incremento do processo de industrialização. Mais tarde, o conceito passou a incorporar ações políticas e práticas realizadas para garantir a reprodução social das sociedades, obrigando-as a transformar, de forma generalizada, o meio natural e as relações sociais com o intuito de produzir bens e serviços vitais à sociedade (Rist, 1996). Além disso, discussões mais recentes incorporaram outros perfis de desenvolvimento, como o desenvolvimento regional, local, rural e a sustentabilidade.

Nesse contexto, o desenvolvimento rural e o empreendedorismo têm sido amplamente discutidos dada a sua relevância para a promoção do desenvolvimento socioeconômico. Segundo Ferrera de Lima; Koehler (1998) e Bacha (2004), o desenvolvimento rural resulta de vários esforços e inovações que vêm acontecendo no meio rural, tanto para melhorar a produtividade, a sustentabilidade quanto as condições de vida da população rural. Além disso, desempenha funções importantes para a economia, por exemplo, a de fornecer produtos, mão-de-obra e gerar divisas, contribuindo na melhoria e na reprodução de força de trabalho e consequentemente no

desenvolvimento humano, das indústrias e dos serviços que dependem do meio rural. Kageyama (2004) e Monteiro (2019) reforçam que a multifuncionalidade do espaço rural, associada aos aspectos econômicos, socioculturais, político-institucionais e ambientais de uma localidade, é essencial para compreender as dinâmicas entre agricultura, cultura e mercado. Isto é, ao melhor aproveitamento dos fatores de produção, a disponibilidade e a facilidade de acesso aos diferentes capitais que permitem ter maior capacidade de competir estrategicamente.

Os fatores exógenos (políticas governamentais e investimentos externos) e endógenos (investimentos internos, empreendedorismo local) são importantes para o desenvolvimento das regiões rurais e para promover o empreendedorismo por meio da disponibilidade de mão de obra e capital, elevando as capacidades dos atores locais e fortalecendo as redes internas e externas existentes (Monteiro, 2019). Os fatores exógenos que incluem políticas públicas voltadas à cultura, educação e ações de financiamento e suporte à produção podem estimular o empreendedorismo. Nesse caso, o Estado passa a desempenhar um papel ativo de criar mecanismos para qualificar os cidadãos, capacitá-los, prepará-los e torná-los empreendedores capazes de realizar ações que gerem empregos (Joyal, 2019; Martinelli; Joyal, 2004).

No entanto, os fatores endógenos têm um aspecto diferenciado e duradouro, pois ajudam a melhorar a qualidade de vida e a sustentabilidade, refletindo o desenvolvimento “vindo de baixo”. Isso requer que a comunidade assuma a responsabilidade — *empowerment* — de conduzir seus próprios destinos (Martinelli; Joyal, 2004).

Essa dinâmica do desenvolvimento rural se assenta na “responsabilidade partilhada”, estabelecida por meio da cooperação entre autoridades políticas locais, sociedade civil, empreendedores e cidadãos na tomada de decisões coletivas sobre ações no âmbito local, contribuindo para a redução da dependência externa (Marques, 1998). Contudo, a efetivação desse modelo participativo enfrenta limites estruturais, tais como: infraestrutura deficitária, acesso restrito ao crédito e a predominância da informalidade. Essas fragilidades são algumas das manifestações contemporâneas dos problemas estruturais herdados do colonialismo, resultantes da baixa capacidade de planejamento e implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento e da desvalorização histórica dos sistemas de conhecimento e organização local (Semedo, 1996; Lopes, 2020).

É justamente nesse cenário de adversidade que emerge a necessidade de estimular e fortalecer o empreendedorismo como estratégia de resistência e reprodução social nas áreas rurais. Contudo, diferentemente da visão puramente econômica, o empreendedorismo deve ser visto como um esforço desenvolvido para gerar trabalho, renda e emprego para uma comunidade, isto é, reflete o comportamento e a cultura de cada comunidade. Ele assume diversas formas ao estabelecer ações inovadoras e tradicionais, estimulando consumo, melhorando a produção e procurando moldar o comportamento por meio da educação e da cultura, mesmo nas comunidades rurais (Fernandes, 2013; Julien, 2010; Nijkamp, 2009; Sarkar, 2014). Assim, o empreendedorismo rural é uma resposta às limitações estruturais do processo de desenvolvimento econômico, desde que articulado a políticas públicas consistentes e ao fortalecimento das capacidades locais.

Por outro lado, a perspectiva de Schumpeter (1997) sobre “destruição criativa” é fundamental para entender como o empreendedorismo pode transformar economias locais. Argumenta que a inovação não apenas gera novos produtos ou formas de produzir e comercializar, mas também altera estruturas de mercado, criando novas oportunidades para empreendedores. Fillion (1999) complementa ao destacar a importância da visão empreendedora, que combina liderança, planejamento e adaptação, permitindo que indivíduos identifiquem e explorem oportunidades de negócios, por vezes a partir de pequenos empreendimentos.

O Banco Mundial (2015) e o *Global Entrepreneurship Monitor* - GEM (2011) fornecem uma perspectiva global sobre como políticas bem estruturadas podem criar condições para o crescimento de micro e pequenos empreendimentos. Oliveira (2002) e Serra (2013) analisam como o desenvolvimento econômico em regiões menos favorecidas requer intervenções adaptadas às necessidades locais. Essas intervenções incluem não apenas investimentos em infraestrutura, mas também a criação de redes de apoio que conectem empreendedores a mercados e recursos.

McClelland (1972) enfatiza que a necessidade de realização é um fator intrínseco que impulsiona o comportamento empreendedor. Julien (2010) reforça essa ideia, destacando que iniciativas locais bem estruturadas podem catalisar o desenvolvimento regional. No contexto das regiões de Biombo, Cacheu e Oio, situadas na zona norte da

Guiné-Bissau, essas iniciativas são particularmente relevantes devido à dependência de setores primários e à necessidade de diversificação econômica.

O sucesso do empreendedorismo rural, sobretudo nas regiões rurais da Guiné-Bissau, dominados pela economia informal, que na sua maioria são praticadas por pequenos empreendedores rurais e semiurbanos por necessidade de sobrevivência. Isso demanda a implementação de ações e políticas de desenvolvimento endógeno, isto é, da aplicação na prática de políticas públicas que fortaleçam, qualifiquem e dinamizem as estruturas internas na solidificação do desenvolvimento. Isso inclui cooperativas, fortalecimento e proteção às cadeias produtivas locais, educação inclusiva, apoio governamental e colaboração entre os setores público e privado.

Cabe ressaltar que o desenvolvimento industrial é importante para desenvolvimento do empreendedorismo, criação de cooperativas e o desenvolvimento de cadeias produtivas. Porém, a inexistência de agroindústrias de maior dimensão mantém as regiões de Biombo, Cacheu e Oio dependentes de uma economia primária frágil. Apesar dessas regiões deterem cerca de 55% de produção nacional de caju e apresentarem elevado potencial de produção do arroz, a falta de articulação entre os produtores, a falta de controle sobre o preço dos produtos e a dependência da exportação *in natura* reduz o efeito estruturante sobre desenvolvimento local. Como a maioria das indústrias existentes são de pequenos portes, justificam o peso significativo das pequenas indústrias agroalimentares no Produto Interno Bruto (PIB), com cerca de 10,3%. O cooperativismo é ainda incipiente, constituído por pequenas unidades de transformação, sobretudo de descasque de castanha de caju e de arroz. (AFDB, OECD, PNUD, 2017; INE, 2017). O incremento da cadeia produtivas de caju, arroz, pesca e horticulturas por meio da integração dos setores da economia aliada à diversificação produtiva, é chave para sustentabilidade e bem-estar rural. (Banco Mundial, 2015; Monteiro *et al.*, 2017).

Outro ponto a mencionar é que o crédito aos empreendedores rurais se torna imprescindível para superar as barreiras estruturais, como monocultura, carência de infraestrutura e investimentos em tecnologia e estrutura de custeio e comercialização. A sua concessão requer critérios claros, com foco em pequenos empreendedores e evitando atribuição baseada em princípios político-clientelistas como aconteceu no passado (Cassama, 2020). Ou seja, precisa ser direcionado para programas com taxas de juros acessíveis e prazos flexíveis, atrelados ao acesso à terra e tecnologia, associando-se a

oportunidades de formação, informação e conscientização sobre a importância da diversificação produtiva, sustentabilidade e pluriatividade (Guiné-Bissau *et al*, 2002). Mesmo com essa importância, o setor primário recebe em média 1% do total do crédito concedido à economia, enquanto o setor comercial captou 54,6% no último decênio (Cassama, 2010; Baldé, 2013).

Além do acesso a crédito, os produtores rurais precisam saber usá-lo de forma assertiva e o mais racional possível. Dolabela (2006) e Fernandes (2013) enfatizam que a educação empreendedora é fundamental para capacitar indivíduos e comunidades para explorar oportunidades de negócios. Essa perspectiva é particularmente relevante em países como a Guiné-Bissau, onde a falta de acesso a recursos educacionais limita o potencial empreendedor.

Metodologia

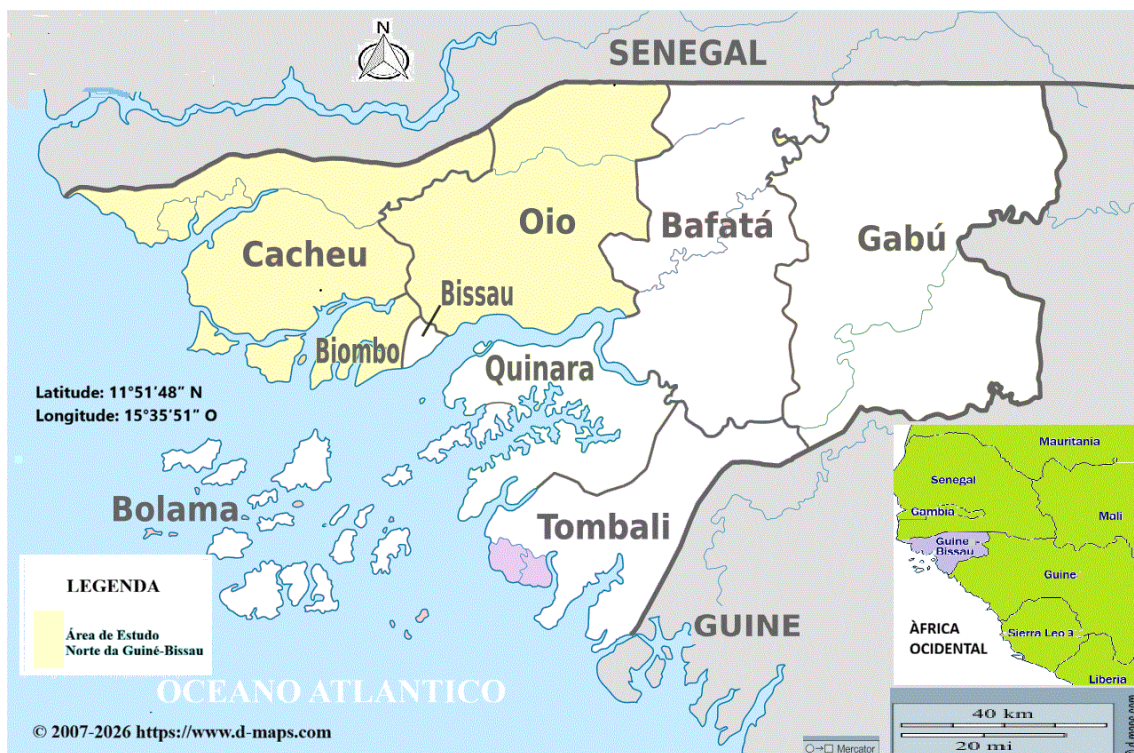
Para este estudo, adotou-se uma abordagem qualitativa de caráter exploratório, visando compreender o impacto das políticas públicas no empreendedorismo e no desenvolvimento rural nas regiões de Biombo, Cacheu e Oio, na Guiné-Bissau. Essa abordagem permitiu familiarizar-se com o ambiente estudado, interpretar a realidade e valorizar o processo investigado, conforme defende Godoy (1995) e Souza e Baptista (2011). A metodologia combina técnicas qualitativas e quantitativas, permitindo uma análise integrada dos aspectos sociais e econômicos relacionados ao desenvolvimento rural.

A coleta de dados incluiu pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A revisão bibliográfica abrangeu temas como empreendedorismo e desenvolvimento rural, enquanto a análise documental examinou fontes primárias de entidades públicas e privadas da Guiné-Bissau (Lakatos; Marconi, 2003; Vergara, 2016).

A pesquisa de campo foi realizada na macrorregião norte da Guiné-Bissau, que integra as três regiões (Biombo, Cacheu e Oio). Apesar de ser a zona mais produtora de castanha de caju, com 55% da totalidade da área nacional (responsável por 90% das exportações do país), enfrenta situações de pobreza e desafios estruturais, como falta de infraestrutura básica e serviços públicos (INE, 2017).

O Mapa 1 representa a Guiné-Bissau. As partes coloridas correspondem às três regiões de estudo (Biombo, Cacheu e Oio) e as em branco são as cinco regiões restantes (Bafatá, Gabú, Quinará, Tombali e Bolama Bijagós) e o setor autônomo, a capital Bissau.

Mapa 1 - Guiné-Bissau: Áreas de Estudo – Norte do país.



Fonte: adaptado de <https://www.d-maps.com/m/africa/guineebi/guineebi21.gif> (2026)

A macrorregião norte da Guiné-Bissau compreende uma área territorial de 11.419 km², organizada administrativamente em catorze setores, distribuídos pelas seguintes regiões: Biombo (Quinhamel, Safim e Prábis), Cacheu (Bigene, Bula, Cacheu, Caió, Canchungo e São Domingos) e Oio (Bissorã, Farim, Mansabá, Mansoa e Nhacra). De acordo com estimativas do INE (2023), essa área abriga aproximadamente 562.075 habitantes, correspondendo a 46,5% da população nacional. Observa-se que, da população dessa zona, 72% residem em áreas rurais.

O estudo foi realizado entre novembro de 2020 e julho de 2021, quando foram aplicados 148 questionários nos 13 setores administrativos que compõem as três regiões analisadas, utilizando uma amostra não probabilística intencional composta por 85 empreendedores, 46 membros da sociedade civil e 17 autoridades regionais.

Em alguns casos, devido a barreiras socioculturais, houve intervenção do pesquisador para auxiliar no preenchimento dos questionários. A identificação prévia das organizações da sociedade civil, o consentimento formal e a participação voluntária garantiram a legitimidade da amostra. Além disso, a pesquisa seguiu as diretrizes e padrões éticos em pesquisa preconizados pela comunidade científica. Não foram usadas imagens,

formas de identificação dos participantes ou informação que possibilitasse sua identificação. Essas informações foram esclarecidas aos participantes, garantindo seu anonimato.

Os dados foram sistematizados e analisados utilizando-se a escala nominal (Gerhardt; Silveira, 2009), com apoio do *Microsoft Excel* para cruzamentos estatísticos e análise descritiva. As informações foram organizadas em três eixos principais: (1) caracterização das potencialidades econômicas da região; (2) interações entre políticas públicas, atividades produtivas e práticas empreendedoras; e (3) identificação de ações estratégicas para o desenvolvimento rural, com base nos relatos dos atores locais.

Por fim, a análise comparativa entre as regiões foi fundamentada nos dados obtidos por meio da pesquisa bibliográfica, documental e de campo, sendo organizada com base nos objetivos do estudo e apresentada nos resultados a seguir discutidos.

Resultados e Discussão

Após a independência no início dos anos 1970, o Estado guineense implementou vários programas e planos de desenvolvimento, como forma de melhor delinear a implementação de políticas públicas na Guiné-Bissau, dos quais se destacam: o Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), o Documento Estratégico Nacional de Redução da Pobreza (DENARP) e o Plano Estratégico “Terra Ranka”, entre outros. Todos eles tiveram impacto limitado no fomento ao empreendedorismo, sobretudo rural. Embora o primeiro tenha contribuído para a promoção da abertura econômica e o princípio do empreendedorismo na Guiné-Bissau pós-independência, a limitação deve-se ao fato de que essas políticas não foram acompanhadas de ações estruturais concretas que eliminassem barreiras como falta de infraestrutura, acesso a crédito e baixa capacitação dos empreendedores etc.

Por outro lado, a deficiência do funcionamento do mercado de emprego na Guiné-Bissau deve-se, de modo geral, ao fraco nível do desenvolvimento empresarial e à baixa qualificação da mão de obra; a oferta de infraestruturas de base é insuficiente e caótica, constituindo obstáculos na melhoria dos indicadores sociais e no desenvolvimento do potencial produtivo (Guiné-Bissau; Organização Internacional Do Trabalho - OIT; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, 2002).

Além dos governadores e administradores setoriais, nesta pesquisa também foram considerados como autoridades os representantes/delegados dos diferentes ministérios

nas regiões. Constatou-se que a estrutura administrativa das três regiões é centralizada, com governadores e administradores nomeados pelo governo central, muitas vezes sem capacitação adequada; além disso, existe uma alta rotatividade no cargo, o que dificulta a continuidade de políticas.

No que concerne às ações das autoridades sobre o desenvolvimento das atividades empreendedoras não suas localidades, cabe referenciar conforme a Tabela 1.

Tabela 1 - Atividades/negócios que incentivam a iniciativa empreendedora rural no norte da Guiné-Bissau, 2021

Atividades Produtivas	Peso ³				
	1	2	3	4	5
Agricultura e pecuária	94%				6%
Conservação do ambiente		6%		13%	
Artesanato			6%	25%	6%
Comércio	6%	24%	50%	13%	
Extração vegetal			19%	13%	13%
Indústria					6%
Manutenção da cultura e desenvolvimento do mercado local		6%	6%	25%	38%
Pesca		65%	6%	6%	13%
Serviço					
Turismo ecológico			13%	6%	13%

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

De acordo com a Tabela 1, as autoridades das três regiões apontam a agricultura e pecuária como atividades base na zona norte do país e prioritárias para alavancar o empreendedorismo rural e, conseqüentemente, o processo de desenvolvimento, com 94%. Em seguida, vem a pesca com 65%, comércio com 50%, artesanato e manutenção da cultura e desenvolvimento do mercado local, ambos com 25%; entretanto, todos eles carecem de financiamento e infraestruturas adequadas.

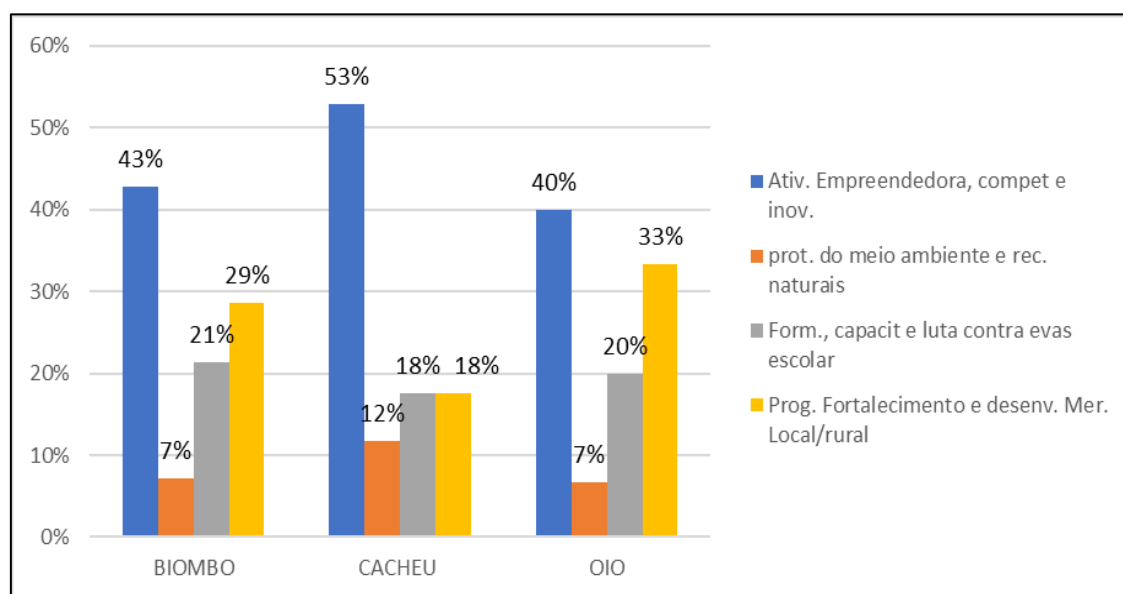
Embora tenham sido identificadas atividades com potencial para fomentar o empreendedorismo nas regiões de Biombo, Cacheu e Oio, 59% das autoridades locais afirmam não realizar ações específicas de apoio ao empreendedorismo em suas localidades. Ainda assim, desenvolvem iniciativas com foco na criação de mercados locais (39,4%) e no fortalecimento de cadeias produtivas (30,3%).

³ **Peso:** 1. Muito importante; 2. Importante; 3. Relativamente Importante; 4. Suficientemente Importante; 5. Minimamente importante.

Porém, onde há algum tipo de programa de apoio ao empreendedorismo, as ações concentram-se em menor escala em atividades de formação e capacitação e na facilitação da criação de novos negócios. Por outro lado, medidas estratégicas como incentivos fiscais, desenvolvimento de infraestruturas e oferta de microcréditos não constam entre as práticas incrementadas pelas autoridades locais.

Quanto às Organizações da Sociedade Civil (OSC), suas atuações são abrangentes (pluriatividades) nas três regiões do norte da Guiné-Bissau, fato que lhes permite intervir em qualquer área. No entanto, a maioria intervém na agricultura, segurança alimentar, educação e saúde, o que torna difícil determinar quais ações de suas intervenções impactam ou são determinantes na expansão do empreendedorismo. Mesmo assim, o Gráfico 1 explica a lógica da intervenção das OSC.

Gráfico 1 - Ações para desenvolvimento rural no norte da Guiné-Bissau, 2021

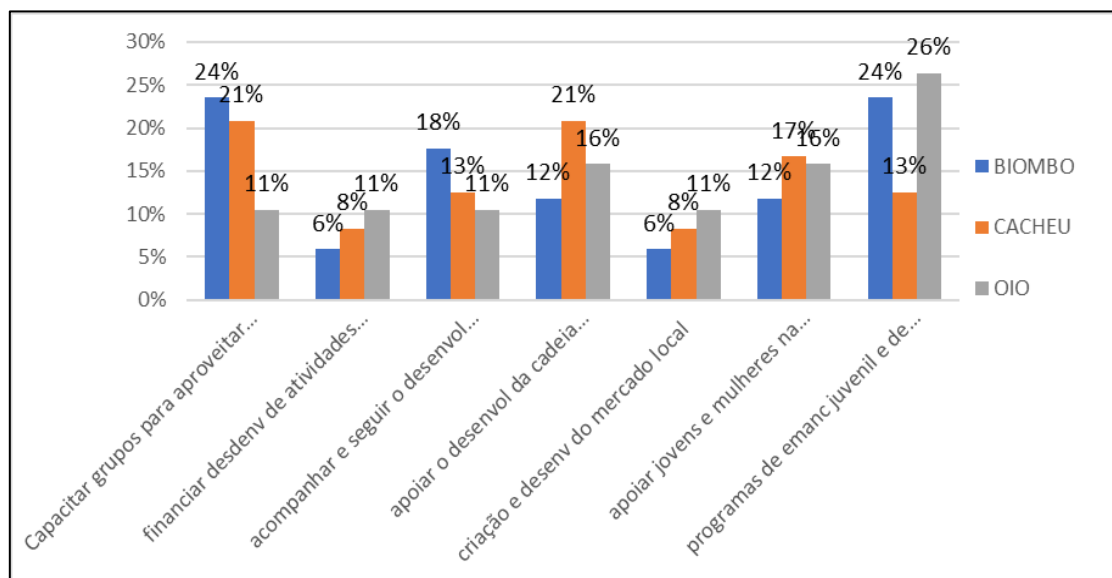


Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Conforme o Gráfico 1, em média 45% das OSC direcionam suas intervenções para atividades empreendedoras, desenvolvimento de competências e inovação; 27% nos programas de fortalecimento e desenvolvimento do mercado local. As OSC confirmam a boa participação das mulheres nas atividades de suas localidades; porém, essas participações limitam-se a ações que dizem respeito ao empoderamento econômico ligado à produção, transformação e comércio, nada sobre empoderamento político feminino e igualdade de gênero.

No tocante ao estímulo dado pelas OSC ao desenvolvimento do empreendedorismo no norte da Guiné-Bissau, o Gráfico 2 explica.

Gráfico 2 - Ações para estimular o empreendedorismo no norte da Guiné-Bissau, 2021



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

O Gráfico 2 mostra as ações desenvolvidas pelas OSC para apoiar ações empreendedoras nas três regiões situadas no norte da Guiné-Bissau. Em média, 14% das OSC acompanham e apoiam as atividades empreendedoras na região de Biombo, Cacheu e Oio. Essas organizações desenvolvem de forma efetiva atividades de prestação de serviços e assistência a grupos vulneráveis, apoiando mulheres e jovens no desenvolvimento de atividades econômicas geradoras de renda ligadas à agricultura, sobretudo à horticultura.

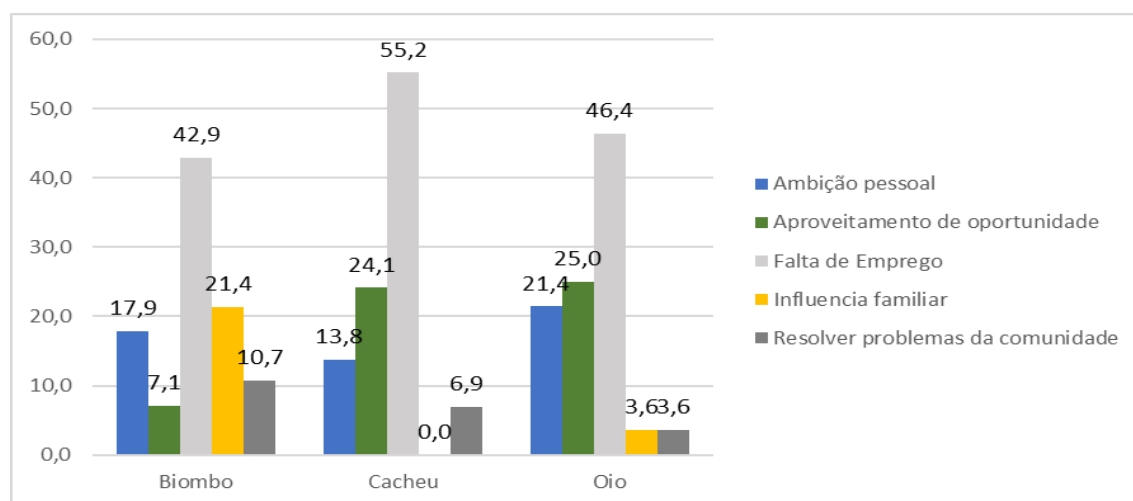
Cabe destacar que as ações de financiamento de atividades empreendedoras e de criação e desenvolvimento do mercado local não constituem prioridades das OSC nas regiões rurais, representando apenas em média 8,3% para todas as regiões da zona norte. Ou seja, seu foco é a extensão rural e atividades de suporte de capacitação.

Quanto aos empreendedores rurais, consideram-se todos aqueles residentes nas zonas rurais, mas que têm alguma atividade econômica rural como principal fonte de renda e dedicada em tempo integral, de maneira formal ou informal. Destes, 58% têm o nível de instrução correspondente ao ensino secundário; 27,1% cursam ou concluíram o ensino superior; 9,4% dos empreendedores desta zona estão ainda no ensino básico; e

5,9% não têm instrução. A região de Biombo tem maior porcentagem de empreendedores com nível superior, 32,1%, contra 28% e 21,4% das regiões de Cacheu e Oio, respectivamente.

A maioria dos empreendimentos são novos; mais de 50% foram abertos em menos de 10 anos. Embora muitos empreendedores se dediquem a atividades de forma sazonal em diferentes períodos do ano, dada a necessidade crescente de sobrevivência que não lhes permite fixar-se em uma única atividade. O Gráfico 3 explica a motivação para empreender nessas regiões.

Gráfico 3 - Motivação para ser empreendedor rural no norte da Guiné-Bissau, 2021



Fonte: dados da pesquisa, 2021.

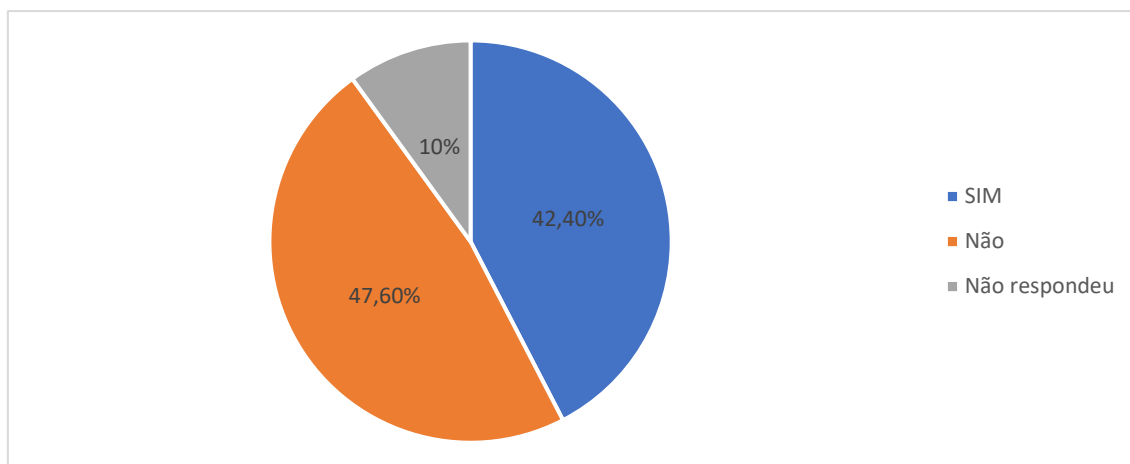
O Gráfico 3 demonstra que a principal motivação para se empreender nas regiões de Biombo (42,9%), Cacheu (55,2%) e Oio (46,4%) é a falta de emprego, seguida do aproveitamento de oportunidades nas regiões de Oio (25,0%) e Cacheu (24,1%), da influência familiar, com 21,4% em Biombo, e da ambição pessoal, Biombo (17,9%), Cacheu (13,8%) e Oio (21,4%).

Embora o aproveitamento de oportunidades e a ambição pessoal possam ser indicadores importantes na caracterização do tipo de empreendedorismo, a grande informalidade nas regiões analisadas, juntamente com a falta de emprego, revela o modelo mais predominante: o “empreendedorismo por necessidade”. Quando vistos de outro ângulo, verifica-se que 78,6%, 44,8% e 71,4% dos empreendedores das regiões de Biombo, Cacheu e Oio são movidos pela necessidade. Enquanto 17,9%, 51,7% e 28,6%,

respectivamente, entraram no negócio movidos pelo interesse de aproveitar alguma oportunidade vista no meio em que vivem e decidiram abraçar o negócio para tirar proveito econômico e social daquela atividade, promovendo o bem-estar da comunidade.

Quanto ao apoio recebido para desenvolver atividades, os empreendedores afirmaram conforme pode-se constatar no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Apoios para desenvolver o negócio no norte da Guiné-Bissau, 2021



Fonte: dados da pesquisa, 2021.

De acordo com o Gráfico 4, 47,6% dos empreendedores rurais afirmaram não ter recebido nenhum apoio para desenvolver suas atividades, e 42,4% disseram ter recebido apoio de outras organizações. Os apoios recebidos são: 11% em assessoria administrativa e técnica; 36% em apoios financeiros; formação técnica (31%) e material (22%).

A distribuição de apoios ficou assim por região: 25% para a região de Biombo, 42% de Cacheu e 31% de Oio. Os empreendedores da região de Biombo receberam mais apoio financeiro (44%) do que seus congêneres; a região de Cacheu recebeu mais apoio em termos de formação técnica (40%); e a região de Oio, com 45% mais assessoria administrativa e técnica.

Sem apoios financeiros, muitos empreendedores buscam outras soluções possíveis, por intermédio de *abotas* (cotizações voluntárias, informais e periódicas de um determinado grupo, sem juros, que em algum período determinado, todo o valor é atribuído a uma pessoa do grupo e, em outro período, a outra pessoa). Esta forma de microcrédito tem servido para que se monetizem e continuem a prática de atividades econômicas, sobretudo comércio.

Os empreendedores ressaltaram a importância dos *lumos* (mercados sazonais e informais), pelo papel que têm desempenhado na dinamização da economia doméstica das famílias das diferentes regiões rurais, proporcionando oportunidades de empreender, assim como para o crescimento de algumas atividades como: criação de suínos e galinhas, extração de frutos silvestres, pesca e produção de hortaliças.

Conforme constatado na pesquisa, as regiões de Biombo, Cacheu e Oio destacam-se pela produção de castanha de caju, principal produto de exportação do país. Contudo, a informalidade predomina, com atividades empreendedoras voltadas à subsistência. Os dados coletados revelam que 70% dos empreendedores enfrentam dificuldades em acessar crédito, enquanto 65% apontam a falta de infraestrutura como um obstáculo significativo.

O empreendedorismo configura-se como um aspecto endógeno de busca pela incrementação de ações para gerar trabalho, renda e emprego para a comunidade. Para isso, o empreendedor deve ter a capacidade de aproveitar as oportunidades observadas para oferecer um produto ou serviço com fins lucrativos ou de fornecer soluções para diversos problemas sociais. Ainda é uma atividade subaproveitada não só nas regiões de Biombo, Cacheu e Oio, mas também no país como um todo, por falta de conhecimento e apoio institucional. Entende-se que as autoridades deveriam criar condições mínimas para que aflore de forma significativa o desejo empreendedor nas pessoas.

Por essas razões, propõe-se: (1) Criação de programas de crédito direcionados a pequenos empreendedores rurais, com taxas de juros acessíveis e prazos flexíveis; (2) Investimento em infraestrutura básica, como estradas, energia e água potável, para facilitar o escoamento da produção e melhorar a capacidade de vida; (3) Capacitação de jovens e mulheres para promover a inclusão produtiva, com foco em habilidades técnicas e gestão de negócios; (4) Promoção de parcerias público-privadas para o desenvolvimento de cadeias produtivas locais, especialmente na agroindústria.

Considerações Finais

Esta pesquisa analisou como as políticas públicas ligadas ao desenvolvimento rural influenciaram o empreendedorismo rural no norte da Guiné-Bissau, com foco nas regiões de Biombo, Cacheu e Oio, que produzem mais de 50% do excedente agropecuário do país.

Para este estudo, adotou-se uma abordagem qualitativa de caráter exploratório, combinando técnicas qualitativas e quantitativas, permitindo uma análise integrada dos aspectos sociais e econômicos relacionados ao desenvolvimento rural.

Ao analisar as políticas públicas e o empreendedorismo rural nas regiões de Biombo, Cacheu e Oio, investigando suas relações de forma a identificar as barreiras e potencialidades para o desenvolvimento do empreendedorismo, ficou evidente que a configuração territorial e produtiva da Guiné-Bissau está historicamente associada à lógica de exploração puramente primária para exportação *in natura*, gerando uma economia dependente e pouco diversificada. A ausência de industrialização, de crédito rural, estímulo ao empreendedorismo rural, a concentração indireta fundiária e a fragilidade institucional pós-independência perpetuam desigualdades estruturais. Essa herança continua a restringir o acesso à terra, ao crédito e à infraestrutura, limitando a consolidação de um empreendedorismo rural transformador.

Contudo, o empreendedorismo rural no norte da Guiné-Bissau possui grande potencial para impulsionar o desenvolvimento rural e regional e a melhoria das condições de vida da população. Portanto, é necessário conceber estratégias, por meio de políticas públicas, que ajudem a alavancar essas potencialidades.

A efetividade dessas estratégias vai depender de políticas públicas mais robustas e direcionadas às populações, com foco no empreendedorismo. A implementação de ações conjuntas entre governo e atores locais é essencial para superar barreiras estruturais e promover a inclusão socioeconômica. Fomentar o empreendedorismo nessas regiões pode contribuir significativamente para a geração de emprego, renda e melhoria na qualidade de vida da população rural. Os *lumos* realizados nas regiões rurais constituem um mecanismo importante para impulsionar o desenvolvimento do empreendedorismo rural e a melhoria da qualidade de vida da população rural; portanto, precisam de dinamização e reestruturação.

Ainda os resultados da pesquisa e a relevância de ações de desenvolvimento endógeno no meio rural evidenciam que o empreendedorismo por necessidade tende a emergir em contextos de fragilidade institucional. Políticas públicas territoriais estruturadas promoverão inovações sistêmicas nas áreas rurais, pois frente a realidade do norte da Guiné-Bissau o empreendedorismo rural assumirá um caráter adaptativo e

resiliente contribuindo para a sustentabilidade e as condições de desenvolvimento socioeconômico.

Agradecimentos

Agradecimentos especiais às lideranças e produtores rurais que atenderam à demanda da pesquisa. Agradecimento também ao apoio da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio de bolsas de fomento à pesquisa.

Referências

BACHA, C. J. C. **Economia e política agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2004.

BALDÉ, B. **O Setor Financeiro e as Instituições do Setor Privado na Guiné-Bissau: descrição, constrangimentos e políticas a adotar**. 2013. Dissertação (Mestrado em Finanças) - Departamento de Ciência Econômicas e Empresariais, Universidade Portucalense Infante D. Henrique. Porto, 2013.

AFDB - Banco Africano do Desenvolvimento; OECD - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico; PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Perspectivas econômicas em África 2017: Empreendedorismo e Industrialização. **OECD Publishing**. Paris, 2017.
DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264278707-pt>

BANCO MUNDIAL. **Guiné-Bissau: memorando econômico do país. terra ranca! um novo começo**. 58296-GW, 2015. Disponível em: http://documents.worldbank.org/curated/pt/843231468250507098/pdf/582960POR_TUGES0CEM0final010Feb150PT.pdf. Acesso em: 9 ago. 2020.

CASSAMA, A. S. **Banca na Guiné-Bissau**. Lisboa, Silabo edições, 2020.

DOLABELA, F. **O segredo de Luísa**. 3. ed. São Paulo: Editora de Cultura, 2006.

FERNANDES, S. **Créditos, empreendedorismo & desenvolvimento: uma equação possível**. Bissau: Inacep, 2013.

FERRERA DE LIMA, J.; KOEHLER, W. S. Funções da agricultura no processo de desenvolvimento do Brasil: Algumas Considerações Preliminares sobre o Período de 1930 a 1945. **Archétypon**, v. 6, n. 18, p. 49-66, 1998.

FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **Revista de Administração**, v. 34, n. 2, p. 5-28, 1999.

- FISEHA, G. G.; KACHERE, W.; OYELANA, A. A. The Role of Rural Entrepreneurship in Alleviating Poverty in the Eastern Cape. **Journal of Human Ecology**, 68 (1-3), 203 – 212. 2019.
- GEM - Global Entrepreneurship Monitor (Portugal). **Relatório de Estudo sobre o Empreendedorismo**. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa. SPI ventures, 2011.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas — RAE**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.
DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000200008>
- GREEN, T. **A fistful of shells: West Africa from the rise of the slave trade to the age of revolution**. Chicago: University of Chicago Press, 2019.
DOI: <https://doi.org/10.7208/chicago/9780226644745.001.0001>
- GUINÉ-BISSAU; OIT - Organização Internacional do Trabalho; PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Documento Quadro para uma política do emprego na Guiné-Bissau** (v. 1 - Documento Principal), Versão preliminar 2, Bissau, 2002.
- INE - Instituto Nacional de Estatística. **Boletim Estatístico da Guiné-Bissau: Guiné-Bissau em Números**. Bissau, 2017.
- JOYAL, A. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial: uma comparação Québec - Brasil (1960-2010). **Informe GEPEC**, v. 23, p. 191–209, 2019.
DOI: <https://doi.org/10.48075/igepec.v23i0.22753> Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/22753> Acesso em: 23 jul. 2025.
- JULIEN, P. A. **Empreendedorismo regional e a economia do conhecimento**. Tradução de Salvador, M. F. F. São Paulo: Saraiva, 2010.
- KAGEYAMA, Â. A. Desenvolvimento Rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, 2004.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LOPES, Carlos. **África em transformação: desenvolvimento económico na era da dúvida**. Lisboa: Tinta-da-China, 2020.
- MARQUES, R. J. **Desenvolvimento local em espaço rural e novas competências**. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana e Desenvolvimento Regional) — Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1998.
- MARTINELLI, D. P.; JOYAL, A. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas**. Barueri: Manole, 2004.

MCCLELLAND, D. C. **A sociedade competitiva**: realização e progresso social. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972.

MONTEIRO, M. A. **A Vulnerabilidade e Segurança Alimentar dos Países da União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA)**. 2019. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) — Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Unioeste, Toledo, 2019.

NIJKAMP, P. Empreendedorismo num contexto espacial: retrospectiva e perspectiva. In: COSTA, J. (org.). **Compêndio de Economia Regional** — Volume I. Cascais: Principia, 2009.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, v. 5, n. 2, p. 37-48, 2002.

RIST, G. **Le développement** : histoire d'une croyance occidentale. Paris: Presses de Sciences Politiques, 1996.

SARKAR, S. **Empreendedorismo e inovação**. Lisboa: Escolar Editora, 2014.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.

SEMEDO, O. C. **Entre o ser e o amar**. Bissau: INEP, 1996.

SERRA, I. D. **Desenvolvimento rural sustentável** — Uma perspectiva participada. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais). Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), Lisboa, Portugal, 2013.

SIGA, B.; FERRERA DE LIMA, J. O programa de ajustamento estrutural da Guiné Bissau. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 21, n. 41, p. 17–34, 2023. DOI: <https://doi.org/10.48075/revistacsp.v21i41.28445> Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/28445>. Acesso em: 31 jul. 2025.

SILVA, C. L. da; ZERBATO, C. C.; DA ROCHA JR, W. F. Agricultura familiar e desenvolvimento paranaense entre 1996 e 2006. **Informe GEPEC**, v. 14, n. 2, p. 39–59, 2010. DOI: <https://doi.org/10.48075/igepec.v14i2.3825> Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/3825>. Acesso em: 31 jul. 2025.

SOUZA, M. J.; BAPTISTA, C. S. **Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios segundo Bolonha**. 4. ed. Lisboa: Pactor, 2011.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

Recebido em 04/08/2025. Aceito para publicação em 05/03/2026.
--